

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE  
ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS**

----- Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e trinta minutos, realizou-se no Salão dos Paços do Município de Fornos de Algodres, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

**1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**2 - ORDEM DO DIA -----**

- a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro; -----
- b) Apreciação e votação do Relatório de Monitorização do Programa de Ajustamento Municipal relativo ao 4.º trimestre de 2021; -----
- c) Proposta de aprovação dos documentos de Prestação de Contas de 2021; -----
- d) Relatório de Auditoria ao Município de Fornos de Algodres pela Inspeção Geral de Finanças, para conhecimento; -----
- e) Eleição de um cidadão eleitor para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Fornos de Algodres.

**3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO -----**

**4 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

Aberta a Sessão, a Sra. Presidente da Assembleia cumprimentou os presentes, procedendo-se de imediato à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças: Raquel da Conceição Sequeira Batista, Marcos André Lopes Paulo, Luís Miguel Ginja da Fonseca, António José Elvas da Rocha, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Teresa Maria de Almeida Rodrigues Pinto, Nélcio Alexandre Ferreira Sequeira, Andreia Paula Sanches Ventura, Gonçalo Emanuel Paraíso Bento, Ana Catarina Freitas Gomes, Marco Paulo Ferreira dos Santos, Telma Sofia Gomes de Andrade Macedo, Cláudia Filipa Coelho Farias, Ana Catarina Albuquerque Tomás, Delfim Pereira Rodrigues, Jorge Manuel Almeida Domingues, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, Bruno Filipe Ventura Costa, Maria João Castanheira Albuquerque, Vítor Hugo Cardoso Dias, Augusto António Morais de Carvalho Rui Manuel Andrade Gomes e António Pires Fonseca. Faltaram aos trabalhos os membros da assembleia: Cristina Maria Baltazar dos Santos, Daniel Alexandre Sousa Andrade, Luís Filipe Rodrigues dos Reis e Leandro Manuel Pinto Abade. -----

**1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

Antes do início dos trabalhos, a senhora Presidente da Assembleia, em substituição do Segundo Secretário, chamou o membro António José Elvas da Rocha, ficando, assim, constituída, a Mesa da Assembleia Municipal. - Foi dado conhecimento do expediente da Assembleia Municipal que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, disponível no Gabinete de Apoio para consulta. -----

A Senhora Presidente da Assembleia deu conhecimento de que o membro da assembleia Francisco Miguel Gomes Inácio informou via correio eletrónico com registo de entrada número 12 de que iria estar ausente solicitando a sua substituição. Nesse sentido e nos termos da lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, Joaquim Manuel Nunes Rodrigues e, considerando que, também não podia comparecer, foi convocada Telma Sofia Gomes Andrade Macedo. O membro da assembleia Cristina Baltazar comunicou, também, via correio eletrónico com registo de entrada número 14 de que iria estar ausente, com falta devidamente justificada. -----

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia questionou os membros da assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração às atas das sessões realizadas nos dias vinte e oito de fevereiro e trinta de março de 2022, tendo sido as mesmas aprovadas por maioria. -----

Iniciou as intervenções o membro da assembleia Cláudia Farias que, após cumprimentar os presentes, fez referência à comemoração do quadragésimo oitavo aniversário do 25 de Abril e à importância de assinalar este dia, na medida em que, no seu entendimento, falta comemorar Abril, considerando que há partidos políticos que colocam em causa os princípios da Democracia, considerando que a Europa é assolada por um conflito que tem repercussões em todo o mundo e considerando que os jovens têm muito a reivindicar, não obstante, terem sido dados passos importantes nesse sentido, nomeadamente a realização do Parlamento Jovem, onde participaram jovens já com uma visão crítica e consolidada relativamente a muitas temáticas e propostas de melhoria para o concelho. Acrescentou que este facto os deveria fazer pensar enquanto representantes dos cidadãos do concelho na Assembleia Municipal e da responsabilidade que acarreta. -----

Seguiu-se o membro da assembleia Marco Santos parabenizando os membros Cláudia Farias e Marcos Paulo pelas suas intervenções na Sessão da Assembleia Municipal do 25 de Abril, acrescentando que é um dia muito importante para a Democracia, e que, apesar de não ter vivido o 25 de Abril, tem a oportunidade de vivenciar o espírito desse dia quer na Assembleia Municipal, quer na sociedade civil. Prosseguiu, referindo que o 25 de Abril foi uma das mais importantes demonstrações do Poder Local e, ao solicitar intervir, para além de parabenizar a iniciativa da realização do Parlamento Jovem, pretendia, também, referir que a vereação da oposição não esteve presente na cerimónia, assim como os Presidentes de Junta. -----

Usou da palavra o membro Gonçalo Bento para dar conta do que se passou na Reunião da Comunidade Intermunicipal, referindo que, passados dois meses, procederam à eleição da Mesa da Assembleia, no entanto, a gestão continua a ser feita em regime de duodécimos, prevendo-se a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento no próximo mês de maio. -----

Seguiu-se o membro da assembleia Nélcio Sequeira, começando por parabenizar todos os intervenientes na organização da Feira do Queijo, evento que, certamente, orgulhou todos os fornenses. -----

Prosseguiu, questionando o Executivo qual o ponto de situação do acolhimento dos refugiados ucranianos. -----  
Interveio o membro da assembleia Marcos Paulo referindo que a transmissão em direto das sessões da Assembleia Municipal tem sido uma grande batalha, contudo, estão reunidas as condições para que isso aconteça, deixando uma palavra de apreço para quem o tornou possível. Ainda relativamente a este assunto, referiu que a sessão solene do 25 de Abril não estava audível, não por causa do equipamento, mas sim pela

plataforma utilizada, uma vez que a informação é compactada, perdendo qualidade e, nessa medida, sugeri a utilização do youtube, que permite uma transmissão com mais qualidade, à semelhança de outros Municípios, designadamente o Município da Guarda. -----

Prosseguiu, referindo que a Feira do Queijo foi um certame de que os fornenses se devem orgulhar e estava bem organizado tendo em conta o espaço. De seguida, pretendeu saber a que se deveu a cobrança de um euro por visitante, uma vez que, se o motivo era a venda do copo, ao visualizá-lo apercebeu-se que era participado pelo Fundo Europeu. Quando questionado pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues em reunião de Câmara, o Senhor Presidente terá afirmado que essa receita reverteria a favor dos agricultores, por forma a minimizar os efeitos da seca. Assim sendo e, uma vez que essa cobrança não fazia parte do Regulamento da Feira, questionou como foi registada a entrada dessa receita e, consequentemente, a respetiva saída e se porventura não há nenhum tipo de ilegalidade. -----

O Senhor Presidente referiu que na comemoração do 25 de Abril foi importante dar voz aos jovens do concelho através do Parlamento Jovem, com a apresentação e debate de propostas; houve, também, conforme previamente acordado, a intervenção de um membro do PS, de um membro da Coligação CDS-PP/PSD, do Senhor Presidente da Câmara Municipal e da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

Relativamente à convocatória da Assembleia da CIM-BSE, esclareceu que o atraso na aprovação do Orçamento e Relatório de Contas se deveu à eleição da Mesa da Assembleia do referido organismo e que a nova mesa vai convocar uma sessão para, entre outros assuntos, discutir e aprovar o Relatório de Contas do ano transato e o Plano de Atividades e Orçamento para 2022. Acrescentou que não é fácil elaborar um Orçamento deste tipo, até porque a CIM-BSE é deficitária em recursos humanos. -----

Relativamente à Feira do Queijo referiu que, dadas as circunstâncias e o espaço disponível, correu muito bem, aproveitando para elogiar os funcionários que contribuíram para que isso acontecesse. -----

No que diz respeito aos refugiados, fez saber que receberam onze refugiados que se encontram na Residência de Estudantes, e que o processo de acolhimento e integração está a cargo de uma equipa da Câmara Municipal destinada para o efeito, que dá apoio e orientação. Referiu, também, que um grupo de antigos seminaristas se encontra a requalificar o Seminário de São José, e que apesar de ser um processo paralelo à Câmara Municipal, estão a colaborar com eles. -----

Em relação à transmissão da Assembleia, ao que sabe, também houve dificuldades na transmissão da Assembleia Municipal da Guarda, mas fica a sugestão. -----

No que concerne à Feira do Queijo esclareceu que a receita decorrente da cobrança da entrada e da venda do copo, que não foi financiado, entra na contabilidade da Câmara Municipal e destina-se à emissão de vales de compras para os agricultores do concelho; a saída dessa receita obedecerá às regras contabilísticas em termos de contabilidade pública. De dizer, ainda, que caso as pessoas solicitassem, seria emitido recibo. -----

Relativamente à sessão solene do 25 de Abril esclareceu que não foram formalizados convites, tendo ficado acordado que haveria uma intervenção de cada partido e, institucionalmente, do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Presidente da Assembleia, acrescentando que foi o Partido Socialista a solicitar a realização desta

cerimónia; disse, ainda, que estão a ponderar a criação de uma Comissão de Honra para que os cinquenta anos do 25 de Abril sejam comemorados dignamente. -----

O membro da assembleia Marcos Paulo referiu que, o que estava em causa não eram as intervenções, mas sim a ausência dos Presidentes de Junta, até porque uma das conquistas do 25 de Abril foi, de facto, o Poder Local.

## **2 - ORDEM DO DIA -----**

Passou-se de imediato aos assuntos constantes da Ordem do Dia, nomeadamente à alínea a) **“Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro”** tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício n.º 222 datado de 21 de abril de 2022, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata. -----

O Sr. Presidente da Câmara solicitou autorização para se dispensar de ler a informação escrita, na medida em que foi enviada a todos os membros, tendo obtido a unanimidade dos presentes. -----

Interveio acerca deste ponto o membro da assembleia Luís Miguel Ginja referindo que o Interior do País tem reivindicado a Delegação de Competências para o Poder Local, contudo, a maior parte das Autarquias tem evitado esse processo, ao contrário de Fornos de Algodres; ao que sabe a Delegação de Competências da Educação tem decorrido muito bem, fruto do empenho da Autarquia e, nesse sentido, pretendeu saber o ponto de situação da Delegação de Competências da Ação Social. -----

Prosseguiu, referindo que sendo a área do ambiente uma das apostas fortes deste Executivo, ao ler a Palavra do Presidente, constatou uma recuperação de perdas de água em cerca de 1% e um aumento da reciclagem, sendo talvez o Município na linha da frente nesta área. A concluir salientou o exemplo de Fornos de Algodres em assumir a Transferência de Competências, que se tem revelado uma grande aposta. -----

Seguiu-se o membro da assembleia Gonçalo Bento referindo que, no que toca à Saúde, designadamente ao Programa ABEM – Programa Solidário de Apoio à Compra de Medicação, para usufrirmos deste apoio são necessárias receitas médicas que carecem de um Centro de Saúde aberto; este tema foi já abordado em assembleias anteriores pela Bancada do PSD, que se disponibilizou para, em conjunto com os demais tomarem uma medida e, nesse sentido, questionou o que o Município tem feito relativamente à Saúde, uma vez que o problema se mantém. -----

O Senhor Presidente da Câmara exprimiu a opinião de que os Municípios devem ter mais competências e foi nesse sentido que aceitou a Delegação de Competências da Educação e, mais recentemente da Ação Social, acrescentando que, até ao presente, o processo tem corrido muito bem. Disse, ainda, que é um defensor de igual modo da regionalização, na medida em que será mais fácil gerir o País havendo uma governação mais próxima dos cidadãos, sendo apenas necessário aprofundar o diálogo com o Governo. -----

Referiu, também, que estará presente numa reunião no âmbito da CIM-BSE, no sentido de serem resolvidas algumas questões ainda pendentes. -----

Relativamente à questão ambiental referiu que foi feito um grande investimento nessa área, nomeadamente no que respeita às perdas de água, uma vez que é um bem escasso. A área da Saúde é de igual modo uma preocupação deste Executivo e, também, de outros Municípios com as mesmas dificuldades. Como já havia referido houve um concurso para a contratação de um médico para o Centro de Saúde de Fornos de Algodres, que ficou deserto, todavia, acredita que esta questão não se resolverá apenas com a contratação de um médico, sendo necessário uma operação de fundo por parte do Governo e do Ministério da Saúde. No que respeita ao Programa ABEM referiu que não há ninguém que fique privado de comprar medicamentos por falta de receita médica, salientando a importância de reforçar este apoio, na medida em que há muitas famílias no concelho com necessidades económicas. -----

Passou-se de imediato à alínea b) **Apreciação e votação do Relatório de Monitorização do Programa de Ajustamento Municipal relativo ao 4.º trimestre de 2021.** -----

Face às obrigações de reporte e de prestação de informação ao Fundo de Apoio Municipal, ao abrigo do art.º 29.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, é enviado para apreciação e votação do Órgão Deliberativo o Relatório de Monitorização do Programa de Ajustamento Municipal relativo ao 4.º trimestre de 2021. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que de acordo com parecer da direção do FAM, não havia obrigatoriedade de submeter à apreciação e votação do Órgão Deliberativo o Relatório de Monitorização, ao contrário da Inspeção Geral de Finanças que entende que o Relatório referente ao 4.º trimestre deverá ser reportado à Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro da assembleia Nélio Sequeira para parabenizar o Município por não ter cumprido com a medida estabelecida pelo PAM, relativamente às taxas do saneamento, água e resíduos, aplicando os preços de acordo com as recomendações da ERSAR. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Rui Furtado, referindo que a Bancada do PSD partilha do voto de vencido da Senhora Vereadora Joaquina Domingues relativamente a este ponto, considerando que se vislumbra pouco empenho deste Executivo no cumprimento do Plano, desculpando-se com as medidas COVID. Partilha, de igual modo, do descontentamento dos Presidentes de Junta relativamente ao facto de não haver diálogo entre eles e o Executivo. -----

Usou da palavra o membro Cláudia Farias para se referir ao facto de o Município não ter cumprido com a medida estabelecida pelo PAM, relativamente às taxas do saneamento, água e resíduos, aplicando os preços de acordo com as recomendações da ERSAR, questionando o Senhor Presidente se, por vezes, o Executivo, no decurso das suas funções, não se debate com a questão de terem de optar pela legalidade ou por cair no incumprimento, em prol do bem-estar dos cidadãos, acrescentando que é ingrato por parte da Bancada da Coligação, afirmar que o Executivo se refugia nas medidas no âmbito da COVID-19 para justificar o incumprimento de alguns objetivos. Disse, ainda, que acha incoerente essa postura, uma vez que, numa das assembleias iniciais, aquando da votação da fixação das taxas, a posição da referida bancada foi de não concordar. -----

Interveio o membro Marcos Paulo esclarecendo que relativamente à maximização das taxas, é do conhecimento geral que era uma imposição do FAM, tendo este Executivo decidido refugiar-se nessa imposição para manter as

taxas em alta, no entanto, quase a anteceder a renovação de mandato, verificou-se uma redução das mesmas; seguidamente constataram que o Município não cumpriu a medida estabelecida pelo PAM relativamente às taxas do saneamento, água e resíduos e a Bancada do PSD não se opõe a isso, na medida em que a carga fiscal das famílias já é avultada, contudo, acha que deveriam começar a aliviar, de igual modo, as empresas. -----  
Prosseguiu, aludindo ao ponto 1.4 do Relatório da IGF que sublinha a “incorreção dos dados reportados à DE do FAM e a omissão de 4,1M € e, nessa medida, questionou se não existissem estes relatórios periódicos, se teriam dado conta desta omissão e a que se deve a mesma. Face ao exposto referiu que a Bancada do PSD não poderá votar favoravelmente este ponto. -----

Em resposta às questões colocadas, o Senhor Presidente esclareceu que o processo de maximização das taxas ocorre ainda antes de 2013, aquando do Plano de Recuperação, uma vez que pagavam cerca de 3M € anualmente, para um Orçamento de cerca de 7M €. -----

Relativamente ao Relatório da IGF afirmou que esta informação sempre foi reportada à Direção do FAM e à DGAL, havendo agora, segundo parecer do referido organismo, a obrigatoriedade de ser submetida à discussão e aprovação da Assembleia Municipal. -----

No que concerne à água, saneamento e resíduos, o FAM impunha de igual modo a maximização dessas taxas e, aquando da gestão das águas em baixa, a Câmara Municipal tentou associar-se a outras Câmaras do distrito da Guarda e do distrito de Coimbra, no sentido de criar uma empresa que gerisse esta questão, todavia, de acordo com um estudo prévio, a Câmara Municipal teria de quadruplicar as taxas e, assim sendo, decidiram não constituir a referida empresa. -----

A concluir referiu que este Executivo tem feito uma gestão criteriosa de modo a satisfazer as necessidades básicas da população, sem aumentar a dívida. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou à votação a alínea b) da Ordem do Dia, tendo sido aprovada por maioria, com os votos contra da Bancada do PSD, e Presidentes de Junta de Queiriz, Matança e Figueiró da Granja. -----

Passou-se de seguida à alínea c) **Proposta de aprovação dos documentos de Prestação de Contas de 2021;** Conforme o estipulado na alínea i), do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é competência do Presidente da Câmara Municipal, submeter à aprovação do Órgão Deliberativo, os documentos de prestação de contas, com o respetivo Parecer do Revisor Oficial de Contas. -----

O Senhor Presidente começou por louvar os funcionários da Câmara Municipal que elaboraram este documento. Prosseguiu, referindo que durante a apreciação deste documento, em reunião de câmara, foi detetada uma falha pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues, no Mapa de Demonstrações das Alterações ao Património Líquido, que não se enquadrava com o Balanço. Foi feita uma informação do Chefe de Divisão de Administração Geral a dar conta que o mesmo já havia sido corrigido e que não colocava em causa a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do Município. Mais disse que desde 2015 os resultados líquidos continuam a ser positivos, o que denota o trabalho desenvolvido no sentido de equilibrar as contas. -----

Interveio o membro da assembleia Luís Miguel Ginja referindo que os Relatórios de Monitorização sempre constaram da ordem de trabalhos da Assembleia e que a única diferença é que este, em concreto, tem de ser votado. De dizer, ainda, que a maximização das taxas não decorre de nenhuma imposição do FAM, mas sim da Lei. -----

Prosseguiu, dizendo que este não é um documento político, mas sim financeiro, que demonstra que este Executivo tem conseguido obter resultados líquidos patrimoniais positivos e meios próprios para cumprir as obrigações, cuja taxa de execução ronda os 90%. A concluir deixou uma palavra de apreço aos funcionários que elaboraram este documento. -----

Seguiu-se o membro da assembleia Rui Furtado discordando do seu antecessor no uso da palavra, quando disse que este não era um documento político, na medida em que é da opinião de que as medidas nele plasmadas são unicamente políticas. Relativamente ao timing de apresentação do documento referiu que o dia seguinte ao da realização desta sessão, é o último para a sua apresentação ao Tribunal de Contas e, assim sendo, referiu que o tempo para o analisar devidamente foi muito escasso, questionando se o mesmo não terá de ser novamente sujeito a deliberação de reunião de câmara e, ainda, se o Revisor Oficial de Contas não terá de se pronunciar acerca desta correção. Prosseguiu, referindo que não podem votar um documento em que no ponto 3.2 – Execução Orçamental da Despesa, os valores entre a análise realizada e os mapas de suporte são incoerentes, nomeadamente no Quadro 5; ainda no 3.3 – Evolução da despesa, as percentagens descritas na análise efetuada difere dos mapas apresentados no respetivo Quadro 6. -----

Referiu, ainda, que certamente a Bancada do PS estará com o seu Executivo e “assinará de cruz”, o que considera pouco pragmático, uma vez que o que importa é que os documentos cheguem ao destino, independentemente das consequências. -----

No uso da palavra, o membro da assembleia Cláudia Farias referiu que este documento não é apenas económico, mas também político, uma vez que permite aos cidadãos a monitorização do desempenho da Autarquia Local ao longo do período de referência, devendo o nosso Município continuar a apostar numa comunicação transparente.

Interveio o membro Marcos Paulo começando por referir que tem sérias dúvidas se este documento não teria de ir novamente a reunião de câmara; referiu, também, que ao ser questionado pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues, o Senhor Presidente respondeu que foi o resultado do sistema informático, entretanto, o ROC aprova nessa tarde este relatório. Face ao exposto questionou o Senhor Presidente se a alteração ao documento terá de ser submetida novamente à apreciação e aprovação do Revisor Oficial de Contas e, ainda, como lhes foi possível alterar dados fornecidos pelo sistema informático. Pretendeu saber, também, a que se deve a discrepância de valores entre a primeira e a segunda versão do Relatório do Revisor Oficial de Contas. Prosseguiu, referindo que embora tenha sido cumprido o prazo legal para o envio da documentação, o tempo de que dispõem é escasso para ler e analisar documentos desta natureza, esperando que o objetivo não tenha sido para “assinarem de cruz”. Considerando todas as situações elencadas e considerando que lhes foi apresentado um documento com 24 horas de antecedência questionou a Senhora Presidente da Assembleia se porventura não pretende retirar o

ponto da ordem de trabalhos, até porque a votação deste assunto poderá acarretar consequências no âmbito da Inspeção Geral de Finanças e, assim sendo, a Bancada do PSD ausenta-se da votação. -----

Solicitou o uso da palavra o membro Luís Miguel Ginja referindo que acredita que os presentes não "assinem de cruz", até porque todos têm consciência da posição que ocupam na assembleia e na vida política, acrescentando o facto de que o Partido Socialista sempre foi um partido livre. Em relação à prestação de contas afirmou que o único erro foi o facto de não ter sido validado, assumido pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara dirigiu-se ao membro Rui Furtado para lhe dizer que de contabilidade pública pouco percebe e, quando este referiu que o documento era mais político do que económico, talvez se deva ao facto de estar habituado aos relatórios apresentados pelo anterior executivo do PSD, compostos por alguns quadros e explicações escassas, acrescentando que foi durante anos o "assinar de cruz" que levou o Município à situação em que se encontra atualmente. -----

Relativamente à intervenção do membro Cláudia Farias o Senhor Presidente referiu que um documento deste tipo deve esclarecer a população sobre tudo o que tem sido feito no ano de 2021. Disse, ainda, que as atas referentes às reuniões de câmara são redigidas com pormenor e são posteriormente publicadas para que possam consultar e verificar o que se debateu nas reuniões. A concluir pediu que não se preocupassem com a ameaça de que serão mais tarde responsabilizados pelo sentido de voto, porque ameaças foram as proferidas pelo PSD durante anos a quem tinha opiniões divergentes. -----

O membro da assembleia Marcos Paulo dirigiu-se ao senhor Presidente para lhe dizer que ameaça poderá existir na sua governação relativamente à forma de atuação e à forma como captam votos, porque apenas fizeram uma recomendação. Relativamente à qualidade das atas referiu que talvez se deva ao facto de a oposição de agora ser melhor que a anterior. A concluir reiterou o pedido feito à Senhora Presidente da Assembleia no sentido de retirar este ponto da ordem de trabalhos. -----

Seguiu-se o membro Cláudia Farias solicitando o registo de todas as insinuações e ofensas sem fundamento que colocam em causa o trabalho do Executivo, dos funcionários da Câmara Municipal e mesmo de entidades externas, reiterando que votará contra qualquer matéria se assim o entender. A concluir deixou a questão: "...e vocês, quando votam em bloco?" -----

O membro da assembleia Catarina Tomás solicitou o uso da palavra para referir que as afirmações ali proferidas são ofensivas quer para os seus colegas de bancada quer para ela, na medida em que já votou um ponto da ordem do dia contrariamente ao sentido de voto dos restantes elementos do seu partido. Para além disso, o Senhor Presidente devia ter consciência naquilo que diz, até porque todos estão a trabalhar em pol dos interesses da comunidade. -----

O membro da assembleia Cláudia Farias começou por agradecer à deputada Catarina Tomás por colocar em prática os valores que advoga, explicando que quando falou da votação em bloco estava a referir-se ao facto do seu colega de bancada ter afirmado que, caso não fosse retirado o ponto em questão da ordem de trabalhos, a bancada se ausentaria da votação. -----

-

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que não será retirado o ponto da ordem de trabalhos, pelo simples facto de a bancada do PSD ter afirmado ausentar-se da votação, colocando a questão à consideração da assembleia, tendo sido a mesma aprovada por maioria. -----

A Senhora Presidente colocou à votação a alínea c) da Ordem do Dia, tendo sido aprovada por maioria. -----

Passou-se de imediato à alínea d) da **Ordem do Dia: Relatório de auditoria ao Município de Fornos de Algodres pela Inspeção Geral de Finanças, para conhecimento.** -----

O Senhor Presidente informou que este relatório tem como propósito concluir sobre o cumprimento, pelo Município de Fornos de Algodres, dos objetivos resultantes da adesão ao Fundo de Apoio Municipal, no qual são apresentadas algumas recomendações de ações corretivas, que estão já a ser pensadas. Referiu, ainda, que relativamente à evolução da dívida, a afirmação de que se estima que em 2051, a mesma ronde os 32M€ é desajustada, na medida em que para chegarem a 2051 com esse valor, teriam de aumentar a dívida, o que iria contra o compromisso assumido com o FAM no sentido de nunca terem mais despesas do que as receitas arrecadadas. -----

Interveio o membro Rui Furtado para referir que relativamente a este ponto houve vários aspetos que lhes suscitaram confusão, considerando que o Relatório do IGF data de 1 de abril de 2021 e a defesa do Município data de 22 de setembro de 2020. Prosseguiu, dizendo que ao pretenderem averiguar mais um pouco, verificaram a existência de dois despachos, um da Secretaria de Estado do Orçamento e o outro da Secretaria de Estado da Descentralização e Administração Local, datados de 4 de fevereiro de 2022. Face ao exposto, pretendeu saber por que razão estes despachos não acompanham esta informação e o porquê de só agora vir à Assembleia. -----

Interveio o membro Luís Miguel Ginja afirmando que a documentação está a seguir os trâmites normais, não havendo, até ao presente, qualquer tipo de responsabilização, todavia, seria importante que o Senhor Presidente corrigisse os erros identificados na auditoria. Quanto às questões colocadas pelo seu antecessor no uso da palavra, certamente o Senhor Presidente terá resposta para elas, caso tenha informações, até porque ele será o mais prejudicado neste processo, uma vez que assumiu toda a responsabilidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que foi realizada uma auditoria, tendo-se obtido, do exame realizado e do exercício do contraditório, um relatório final que foi dado a conhecer ao Órgão Executivo e, posteriormente, ao Órgão Deliberativo e cumpridos todos os procedimentos legais; relativamente aos despachos mencionados pelo membro Rui Furtado fez saber que não lhe foram dados a conhecer. -----

Dado que sobre esta matéria não é exigida qualquer votação, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Passou-se para a alínea e) da **Ordem do Dia: Eleição de um cidadão eleitor para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Fornos de Algodres.** -----

Foram indicados pela bancada do PS e pela bancada do PSD, os cidadãos Andreia Paula Sanches Ventura e Rafael Paraíso Bento, respetivamente. Procedeu-se de seguida à eleição por escrutínio secreto, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

Votantes: 23; -----

Andreia Ventura: 15 votos; -----

Rafael Bento: 8 votos. -----

Foi eleita para integrar a referida Comissão, Andreia Paula Sanches Ventura. -----

A Senhora Presidente da Assembleia esclareceu que a Assembleia Municipal elege quatro cidadãos eleitores para integrar a CPCJ, que mantém durante o mandato de três anos que podem ser renovados por mais dois anos e só é designado um novo elemento quando há incumprimento do regulamento ou por vontade expressa do comissário. Verificando-se uma das situações mencionadas, procedeu-se, deste modo, à eleição de outro. -----

### **3 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO -----**

Iniciou as intervenções deste ponto o membro da assembleia Maria João Castanheira, tendo referido o seguinte:  
*“Em nome da Junta de Freguesia da Matança e que aqui represento, gostaria de transmitir algum descontentamento face a determinadas situações e questionar o Sr. Presidente: -----*

*Decorridos já os 180 dias que a lei estabelece para a celebração dos Acordos de Execução entre Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, e sendo que compete à Câmara Municipal discutir e preparar com as Juntas de Freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos da lei, chegamos até ao dia de hoje e, o que é certo, é que não existiu qualquer diálogo com a Junta de Freguesia da Matança neste sentido. E mesmo com a cessação do contrato que se encontrava em vigor até à tomada de posse da nova Assembleia Municipal, e no que diz respeito à freguesia da Matança, não foi colocada em causa a continuidade do serviço prestado à população. -----*

*Desta forma não vejo que haja impossibilidade de reunir com a Junta de Freguesia, respeitando sempre os valores de igualdade e transparência, construindo um caminho adaptado à realidade, através de uma revisão de critérios financeiros que devem ir de encontro às necessidades para a realização dos trabalhos transferidos da parte da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia. Devia ser esta a postura do município, com base num diálogo prolífero e não se regendo apenas por meras imposições legais, mas sim por uma questão de orgânica e bom funcionamento das autarquias locais na resposta às necessidades das suas populações. Mas esta falta de diálogo e vontade política por parte da Câmara Municipal não se fixa na celebração dos acordos de execução. Na realidade é um problema estrutural que temos assistido ao longo dos anos. Exemplo perfeito disso foram as celebrações do 25 de Abril, que ocorreram na passada segunda-feira, sem que tenha sido dirigido um convite às Juntas de Freguesia do concelho. Da mesma forma, têm sido inúmeras as comunicações que a Junta de Freguesia da Matança tem feito acerca de diversos problemas e situações da responsabilidade de Câmara Municipal e em que esta nem sequer se digna a responder, quanto mais a solucioná-los. -----*

*Quando a Câmara Municipal marca reunião ou pede contributos – construção do orçamento- a Junta de Freguesia da Matança tem tido uma postura proativa e construtiva na procura de soluções que vão de encontro às necessidades da população, contudo, há que dar importância ao que uma boa gestão autárquica requer, uma boa articulação, tendo em vista os interesses públicos, sempre com uma adaptação à realidade de cada freguesia. --  
E, Sr. presidente, pergunto-lhe: -----*

- Qual o motivo de não ter existido por parte da Câmara Municipal iniciativa de celebrar os Acordos de Execução e o que que pensa fazer para articular o trabalho com as Juntas de Freguesia. -----

-Neste seguimento de uma boa articulação de todos gostaria de questionar o Sr. Presidente se o cilindro está ao dispor de todas a Juntas de Freguesia, aos fins de semana, como se vê imagens nas redes sociais, e se o pessoal externo o pode manobrar, assim como a questão dos seguros.... -----

Por último, mas não menos importante, gostaria de trazer aqui uma situação que a Junta de Freguesia da Matança viveu há dias e que reflete perfeitamente esta falta de articulação com as Juntas de Freguesia, nomeadamente com a Junta de Freguesia da Matança. Em 2018 a Freguesia da Matança recebeu a designação de “Aldeia Segura”. Tivemos conhecimento, não pela Câmara Municipal, de uma medida complementar a esta, financiada “Condomínio de Aldeia. Há um momento em que precisamos de um parecer da CMGIFR, para a qual foram eleitos os dois Presidentes de Junta na assembleia anterior, fazemos o pedido e somos informados que tinha existido nessa manhã reunião da dita comissão assim como, por parte do GTF que deveria ter entregado o pedido com 10 dias de antecedência, que não existira possibilidade dos comissários reunirem extraordinariamente antes do limite para a submissão da candidatura...ora, não sabemos quando a comissão reúne, teríamos de mandar à sorte??? E nos também dito que a Matança não seria elegível, que não tinha os 60% de interface florestal, o que não corresponde à realidade...uma quantidade de entraves, sobre os quais achamos que a Câmara Municipal poderia ter tido um papel mais flexível no sentido de ultrapassar estes problemas. Era uma candidatura que estava em causa, criação de condomínios, valores na ordem dos 50 mil. A candidatura seguiu sim, mas apenas com um parecer do GTF.... Solicitámos ainda o regimento e é nos dito que ainda não estava concluído. Não deveria ser aprovado nesta primeira reunião? -----

E, Sr. presidente, pergunto-lhe: -----

- O GTF tinha conhecimento destas candidaturas? Se sim porque não o transmitiu às Juntas de Freguesia? ----

-Na palavra do presidente, na parte do GTF, fala na segunda elaboração do regimento da CMGIFR, regimento esse que a Junta de Freguesia pediu a 13 de abril e nos foi dito que ainda não estava concluído. Pergunto-lhe se há ou não regimento e se há porque é que o mesmo, até à data ainda não foi enviado, como solicitado pela Junta de Freguesia da Matança? -----

- A candidatura foi feita e submetida, mas continuamos a necessitar de um parecer por parte da CMGIFR. -----  
Gostava de lhe perguntar, Sr. Presidente, como presidente dessa comissão se está disponível para reunir extraordinariamente essa comissão? -----

Gostaria de trazer a esta assembleia algum descontentamento por parte da Junta de Freguesia da Matança, face a determinadas situações: -----

- Celebração de acordos de execução -----

Um acordo de execução é um contrato publico, contrato administrativo, pelo que se rege por determinadas regras e cujo cumprimento das normas é da responsabilidade da Câmara Municipal: -----

Artigo 33.º -----

Competências materiais -----

1 - Compete à câmara municipal: -----

*l) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei. -----*

*A parte destas imposições legar considero que devia ser permitida e promovida a participação ativa das freguesias, para que valores como igualdade, transparência e não discriminação sejam primordiais. -----*

*Não basta marcar reuniões, pedir envio de contributos...há que dar importância a uma articulação planeada, uma boa gestão autárquica, tendo em vista uma os interesses públicos, sempre com uma adaptação à realidade de cada freguesia e do município e não só das exigências que decorrem da lei. Só assim se respeita a eficácia e eficiência na gestão dos recursos. -----*

*Claro que a cessão do contrato, pelo menos no que respeita à Freguesia da Matança, não colocou em causa a continuidade do serviço prestado à população. E mesmo passados os 180 dias para a celebração do acordo de execução, não vejo que haja impossibilidade para a sua realização. De reunir com as freguesias, respeitando sempre os valores de igualdade e transparência, construindo um caminho adaptado à realidade e determinado por um estudo prévio. Tem sim é de existir sempre a defesa dos melhores interesses da população. -----*

*1- Não tem existido por parte da Câmara Municipal uma (boa)articulação com a Junta de Freguesia da Matança. Contudo, face à muita persistência e insistência deste executivo de freguesia, os serviços vão sendo feitos, alguns, muito poucos. E por vezes, este incumprimento coloca em causa e dificulta a realização dos trabalhos planeados pela junta de freguesia. Têm sido inúmeras comunicações acerca de situações de responsabilidade da CM, que além de não terem resposta, não são resolvidas. -----*

*2 - Por último, mas não menos importante, foi a situação que a junta de freguesia se viveu há dias e que na minha opinião reflete mais uma vez a falta de articulação com as JF, com a Junta de Freguesia da Matança. À Matança foi -lhe atribuída a designação de "Aldeia Segura", em 2018. Entretanto tivemos conhecimento (não pela CM) de uma medida complementar a esta, designada de "Condomínio de aldeia". Adjudicamos o serviço de elaboração de candidatura, já contra o tempo, e solicitamos um parecer da Comissão? Só entaves!! Somos conhecedores que nesse mesmo dia, havia reunido a dita comissão, para a qual foram eleitos os PJ na última assembleia, da qual somos confrontados que tínhamos de pedir com dez dias de antecedência...pedimos regulamento, e até hoje, nada. Certa de que os timings eram apertados, mas certa também que a CM podia ter uma atitude mais facilitadora no sentido de ultrapassar estes problemas...estava em causa uma candidatura, que permitia à Matança a criação de dois condomínios, no valor de cerca de 60 mil euros..." -----*

Seguiu-se o membro Gonçalo Bento propondo a criação de uma comissão de trabalho e de acompanhamento relativamente ao processo de transferência de competências, de modo que a Assembleia possa contribuir com sugestões. -----

Interviu o membro da assembleia Rui Furtado para referir que uma análise económica e financeira pode ter duas interpretações, sendo que a do Senhor Presidente pode divergir da sua e estarem ambas corretas, todavia, considera ingrato imputar as culpas à bancada do PSD, até porque não se revê em muitas das decisões do anterior executivo. Acrescentou que está ali há cinco anos ao contrário de algumas pessoas que estão na vida

política há quarenta e oito anos e deveriam dar o lugar aos mais jovens. -----

A terminar reiterou o reparo que fez numa assembleia anterior relativamente às elevações da estrada na reta junto à Prio e na curva junto às piscinas municipais, que carecem de intervenção urgente. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Catarina Tomás questionando o Senhor Presidente se as obras realizadas na Rua Doutor Fernando Menano não irão inviabilizar a passagem de veículos pesados, designadamente autocarros escolares e autocarros de turismo com destino ao hotel e, caso decida avançar com a obra, qual a solução que pensa tomar nesse sentido. -----

Prosseguiu, lamentando a intervenção que teve há pouco, no entanto, deveu-se ao facto de o Senhor Presidente se desculpar constantemente com as medidas do anterior Executivo, acrescentando que faz parte de uma Bancada muito recente que não tem de pagar pelos erros dos outros. -----

O membro da assembleia Marcos Paulo começou por parabenizar os deputados Catarina Tomás e Rui Furtado pelas suas intervenções. De seguida referiu que ao ler a demonstração de resultados verificou que havia seis coimas de vinte e quatro mil euros cada, da Agência Portuguesa do Ambiente que, ao que sabe, se devem a esgotos e saneamento básico, mas desconhece se são obras que deveriam ter sido feitas no passado e não foram, todavia, decorridos oito anos de mandato, algumas delas já deveriam ter sido iniciadas. Face ao exposto, pretendeu saber qual o motivo destas coimas, na medida em que a grande aposta deste Executivo é, precisamente, o ambiente. Solicitou, ainda, esclarecimentos relativamente a outras multas, nomeadamente da Recilead e da ASAE. A finalizar este assunto referiu que não vêm mencionadas as coimas relativas à apreensão do camião e do trator que estavam a poluir o ambiente, acrescentando que ao ser confrontado com essa questão, o Senhor Presidente focou a sua preocupação na questão da denúncia anónima. No âmbito do evento desportivo que ocorreu há dias, sugeriu que faria todo o sentido envolver o comércio local na divulgação e promoção do concelho aos visitantes, através da colocação de expositores ou murais nos estabelecimentos, com material promocional de produtos e serviços ou outro tipo de informações. -----

Relativamente à questão da melhoria da mobilidade, o Senhor Presidente já havia esclarecido que o passeio junto ao jardim ocupa o mesmo espaço dos carros que se encontravam estacionados indevidamente, no entanto, ao passar por lá verificou marcas de pneus no passeio, o que significa que os carros vão lá embater. A concluir questionou o Sr. Presidente se não faria sentido mover os paralelos da referida avenida, aproveitando a intervenção de fundo que estão a fazer, e se junto à Capela da Nossa Senhora das Dores passam dois veículos pesados. -----

Em resposta às questões colocadas, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a constituição da Comissão de Trabalho é um assunto que diz respeito à Assembleia Municipal. -----

Relativamente à intervenção do membro Rui Furtado afirmou que não está na política há quarenta e oito anos, mas cumpriu o seu mandato como deputado municipal com orgulho. -----

No que respeita à intervenção do membro Catarina Tomás o Senhor Presidente referiu que os projetos podem sofrer alterações durante a execução da obra e, caso se venha a verificar essa necessidade, os Técnicos da Câmara Municipal agirão em conformidade. Referiu, ainda, que de acordo com a informação de que dispõe

passam dois pesados na estrada junto à Capela da Nossa Senhora das Dores, contudo, caso se verifique o contrário, considerarão outras alternativas. -----

Relativamente à questão dos paralelos esclareceu que a candidatura a este projeto considerava apenas a melhoria da mobilidade de peões na via pública. -----

Proseguiu, dizendo que quando fala no PSD se refere a quem esteve anteriormente no poder e não àquela bancada em concreto, até porque alguns estão ali presentes pela primeira vez. -----

No que concerne ao evento desportivo, fez saber que foi uma iniciativa da Associação de Futebol da Guarda, tendo a Câmara Municipal de Fornos de Algodres colaborado na parte logística. -----

Relativamente às coimas já houve decisão do tribunal no sentido de suspender um dos processos durante um ano com a obrigatoriedade de a Câmara resolver a situação e no concernente ao ambiente, o Município de Fornos de Algodres foi dos que mais investiu nesta área, nomeadamente com a construção de novas ETAR'S em Vila Ruiva, Ramirão, Cortiçô e prolongamento da rede de esgotos junto à Capela da Nossa Senhora da Graça. -----

No que respeita à coima da ASAE esclareceu que se deveu a uma designação de um produto na plataforma "O Bom Sabor da Serra", mas, em conjunto com o produtor em questão, a situação está a ser resolvida. -----

A concluir e, em resposta ao membro Maria João, referiu que sempre se disponibilizou para resolver a situação dos "Condomínios de Aldeia", no entanto, não foi possível, na medida em que foi pedido parecer três dias antes à Comissão, que é composta pela Câmara Municipal, Instituto de Conservação da Natureza e Florestas e Guarda Nacional Republicana. Quanto aos Acordos de Execução contam iniciar as conversações com as Juntas de Freguesia no início do próximo mês para dar início ao processo. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a aprovação em minuta das deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes; depois de lida, a referida minuta foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. Não havendo intervenções por parte do público, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente Raquel Sequera Batista

O Primeiro Secretário Fredy

O Segundo Secretário Friton